



Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas dezasseis horas e trinta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

A - VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM

a) Chamada

A Segunda-Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Manuel Joaquim Pisco Lopes, João Afonso Almeida da Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragosó Lopes, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Luís Manuel Barreto Leitão, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Diamantino António Caldeira Estanislau e Joana Margarida Banito Tomé.

Partido Socialista – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Ilídio Fernandes Ferreira, Eunice Maria Cândido Pratas, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Rafaela Isabel Graça Nunes, Manuel Jorge Silva Esteves e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

Partido Social Democrata – Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, Maria Paula Soeiro Cândido, António Miguel da Costa Ferreira e Isabel Maria Conde da Silva Ramalho.

CHEGA – Luís Miguel Leitão Maurício.

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho, Vítor Manuel Ramalho Ferreira, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Joel Alexandre Neves Marques, Sandra Marina Lopes Frota Gomes em substituição do Sr. Vereador Fernando Miguel Catarino José e Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado em substituição da Sra. Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins, conforme documentos registados sob os n.ºs 1 a 3, arquivados em pasta anexa à presente ata.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, Simão Monteiro Calixto e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos, conforme documentos registados sob os n.ºs 4 e 5, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, Maria João Teigas Santos Palma, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Elisabete Maria Martins Cavaleiro e Maria Nazaré de Souza Oliveira conforme documentos registados sob os n.ºs 6 a 10, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentou pedido de substituição, Alexandre Miguel Cardoso Teles, conforme documento registado sob o n.º 11, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do CHEGA apresentaram pedidos de substituição, Nuno Miguel da Costa Gabriel e Carla Sofia Carapeto da Silva Couto de Oliveira, conforme documentos registados sob os n.ºs 12 e 13, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do BE apresentou pedido de substituição, Vitor Manuel Freitas Rosa, conforme documento registado sob o n.º 14, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PAN apresentou pedido de substituição, Mariana Vieira Crespo, conforme documento registado sob o n.º 15, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da IL apresentou pedido de substituição, Flávio Miguel Matos Lança, conforme documento registado sob o n.º 16, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição a Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Sado, Marlene Sofia Baião Caetano, tendo sido substituída por João Paulo de Oliveira Vieira, conforme documento registado sob o n.º 17, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamada a cidadã que se segue na lista da CDU, Anita da Conceição Birrento Vilar, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Pedro Miguel Pereira Florêncio, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Tiago Manuel Rodrigues Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Francisco Miguel Guerreiro Cabral, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à e respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do CHEGA, José Carlos da Silva Ferreira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 18, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado o cidadão que se segue na lista do BE, Pedro Miguel dos Santos Mourinho Guerreiro, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à e respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PAN, Ricardo Manuel da Cruz Reis, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 19, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado o cidadão que se segue na lista da IL, José Luís Ciríaco Valente Magoito, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à e respetiva substituição.

d) Faltas

Não houve faltas.

B - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve.

C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Deliberação nº 33/2022/AM – Delib. CM nº 2420/2022 – Adesão à NANOMAT – Associação para os materiais avançados – Investigação e desenvolvimento em materiais avançados e aplicações.

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável, por maioria, com votos a favor da CDU, PS, PSD, CH, BE e IL e o voto contra do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 da IL, 1 voto contra do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 21.

Ricardo Reis (PAN) – Fez a seguinte declaração de voto – *“O voto do PAN nesta matéria é um voto contra, porque apesar de considerarmos que o desenvolvimento da tecnologia, face à emergência climática e tendo em conta o caminho para a transição energética de neutralidade carbónica, ser importante, consideramos que a adesão do Município de Setúbal na NANOMAT não representa esse papel. Apesar do documento que nos foi entregue falar em tecnologia verdes e sustentabilidade ambiental, consideramos que isso não é mais do que um negócio, consideramos que não está nesse documento e na adesão à NANOMAT as garantias necessárias para que possa haver uma verdadeira utilização da tecnologia Nano para a transição energética. Para além disso, consideramos que, por outro lado, aqueles que dizem no documento ser os benefícios para o Município não são totalmente claros, para além de ser um pouco estranho isto ser uma organização sem fins lucrativos ser obrigatório os Municípios, neste caso o Município de Setúbal, pagar uma quota de mil euros para conseguir aderir. Por essa razão, o PAN não pode acompanhar esta proposta e votámos contra.”*

2. Deliberação nº 34/2022/AM – Delib. CM nº 2640/2022 - 6ª Alteração ao Orçamento da Despesa e 4.ª Alteração do Plano Plurianual de Investimentos e 5.ª ao Orçamento da Receita.

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, CH e BE e as abstenções do PS, PSD, PAN e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Mário Aranha (PS) – Vou transmitir a posição do Partido Socialista relativamente a esta proposta. Relativamente à primeira parte, que tem a ver com o investimento em recuperação de habitação, tendo em conta que é o PRR, obviamente, é uma decisão em que o PS se congratula e referir que são verbas, na totalidade, financiadas pela União Europeia e pelo PRR. Relembrar que quem negociou o PRR foi o Governo Socialista, onde não havia qualquer tipo de obrigação ou de foco relativamente a problemas habitacionais.

Tendo em conta que é uma das prioridades deste Governo e já tinha sido no anterior, o investimento em habitação e recuperação, obviamente que há que dar aqui todo o mérito a esta negociação e também, obviamente, aqui algum mérito à nossa Câmara por aproveitar estas verbas.

Fazer aqui uma nota, continuamos à espera que se aproveite, também, estas verbas para que a nossa Câmara, também, invista em força na habitação social e principalmente em habitação para a classe média e para os jovens. Os anos passam, o orçamento da Câmara sobe de ano para ano, o investimento em habitação não se vê.

Segundo ponto, tem a ver com a alteração do orçamento, pela escassíssima informação que vem na documentação distribuída, vem apenas quadros áridos, mais uma vez, pensamos que não é a forma mais correta de informar a Assembleia Municipal e os seus deputados relativamente a alterações do orçamento. Estamos a falar de verbas de montantes bastante elevados e não me parece que seja a forma claramente mais correta de informar esta Câmara. Passando essa parte, uma das componentes pelo qual vai haver esta alteração tem a ver com, segundo o que vem, a aquisição de software, tendo em conta a passagem das Águas do Sado para os Serviços Municipalizados. Aqui, de facto, há muito a dizer.

Segundo o que foi a reunião de Câmara, é uma história já bastante longa, como também é longa a dívida das Águas do Sado à nossa Câmara. Infelizmente, desde, pelo menos, de 2017 que o PS vem alertando nas reuniões de Câmara, em Assembleias Municipais a sua preocupação relativamente a esta verba. O que é certo é que, em dezembro, as Águas do Sado vai deixar de ter receitas, vai deixar de ter património e, portanto, se em todos estes anos não foi feito qualquer tipo de ação para recuperar esta dívida, sinceramente, acho que as probabilidades são praticamente nulas de conseguir ainda recuperar alguma coisa. Já foi referido aqui que existe uma garantia bancária, mas essa garantia, obviamente, não chega aos 30 milhões de dívida já reconhecida.

Esta situação do software e aqui de algum nível de conflitualidade elevado que já existe com a Concessionária, lembrar que em novembro de 2021, em reunião de Câmara, o PS já tinha alertado para esta situação e parece que se deixou um bocado correr e basear-se na boa-fé da Concessionária e eis que, em maio, teve de ser tomada uma decisão drástica, o qual vai custar mais 1.700 mil euros aos cofres camarários, mais 1.700 mil euros que os setubalenses vão ter de suportar. Obviamente, mais 1.700 mil euros que as Águas do Sado vai ter que entrar para a conta dos 30 milhões e isso deixa-nos bastante preocupados. Mais uma vez, o que pedimos é todo o cuidado e que a nossa Câmara trabalhe sempre no pior cenário possível. Já vimos que as coisas não vão ser fáceis e pela tendência parece que vão piorar e temos que estar preparados para o pior e esperemos que, em próximas reuniões de Câmara e sessões de Assembleia Municipal não tenhamos que estar a lamentar mais alguma, desculpem a expressão, “partida” ou mais alguma “malfeitoria” por parte das Águas do Sado.

Tendo em conta então estas nossas preocupações numa das componentes e, também, tendo em conta que esta alteração orçamental se deve para aproveitar verbas do PRR e não uma aposta firme da nossa Câmara na construção e manutenção do parque habitacional público, vamo-nos abster.

Ricardo Reis (PAN) – Aquilo que vai ser a posição do PAN em relação à proposta de alteração orçamental será pela abstenção, apesar de considerarmos que a atual crise socioeconómica que estamos a viver e, também, o facto de haver uma transferência do serviço concessionado para o Serviço Municipalizado da Câmara. Consideramos que essa proposta de Orçamento que é apresentada, tal como as restantes cinco que foram apresentadas ao longo desta sessão legislativa, não são suficientemente claras para que possamos ter uma posição elucidada e uma posição bastante clarificada sobre o que deve ser a nossa orientação de voto, por essa razão, vamos optar pela abstenção neste orçamento.

Rui Lamim (PSD) – Sobre a questão da passagem da gestão das águas para os Serviços Municipalizados, temos referido ao longo do tempo algum tipo de preocupações e a nossa posição é mais ou menos clara e se não o for, passo a explicá-la. Não temos nenhum preconceito ideológico relativamente à gestão das águas, elas podem ser públicas, podem ser privadas, o que todos os setubalenses desejamos é que a água seja de qualidade, seja a um bom preço e que não haja ruturas e esteja sempre disponível.

Esta Assembleia e a Vereação decidiram, nós decidimos passar a Concessão para dentro dos serviços públicos como um Serviço Municipal. Muito bem.

Na altura, alertámos as dificuldades que isto poderia ter relativamente ao tempo de transição de um sistema para outro e agora estamos aqui, no final de contas, a perceber que existem mesmo estas dificuldades, as quais se expressam nesta alteração e onde há vários pontos importantes e a referir, que já foram referidos também noutros fóruns, nomeadamente o ajuste direto no valor de 1.400 mil euros para o software. Sobre esta questão, enfim, levantamos algumas reservas jurídicas quanto à escolha deste procedimento, mas o ponto essencial tem a ver com o facto de o período de transição ser um período, e foi-nos garantido pela Vereação que não havia problema, mas é um período que achamos que é curto, que é difícil e que pode trazer algum problema naquilo que é o desejo de todos que haja uma transição suave e sem interrupção naquilo que é o serviço de abastecimento de água, em termos de preço e em termos de qualidade.

João Afonso Luz (CDU) – Esta proposta consubstancia mais um passo naquilo que nos parece ser uma decisão histórica dos Órgãos do Município de Setúbal, no sentido do regresso à gestão pública da água no concelho de Setúbal.

De facto, também não temos e assumimos isso, qualquer preconceito ideológico com esta matéria, entendemos, no entanto, que a prática e a realidade têm demonstrado que em cada uma das situações, aqui em Setúbal, no quadro do País e mesmo no plano internacional, aquilo que nos demonstram é que um setor fundamental como este que corresponde à concretização de um direito humano básico, a água e o saneamento deve ser gerido, e é aí que tem resultados práticos positivos e que correspondem ao interesse público, deve ser gerido por entidades públicas, guiadas por uma missão de serviço público e não estarem sujeitos a lógicas de lucro.

É interessante ver o conjunto de preocupações que foram, também, aqui aduzidas pelo Partido Socialista, algumas das quais acompanhamos, o PS fez até questão de referenciar os tempos em que levantou essas preocupações no quadro dos Órgãos Municipais. Sobre essa matéria, também, estamos muito descansados, porque desde 97 que alertamos para aquilo que era o perigo e as consequências que ia ter a decisão, e que teve, de na prática concessionar este serviço a uma entidade privada, sujeitando-a ao tal interesse, que não o interesse público. As consequências estão aí, visíveis e à mostra, designadamente naquilo que diz respeito às atualizações de rendas, que deram origem à tal dívida, atualizações que começaram a ser feitas da forma como foram, ainda no quadro da gestão do Partido Socialista, e que foi por via da intervenção da CDU e do detetar desse erro que junto da Entidade Reguladora se conseguiu ver reconhecida essa dívida ao Município. Portanto, estejam descansados que tudo faremos, como já dissemos e continuamos a afirmar, para ver ressarcido e que o Município não fique prejudicado com essa dívida.

Para terminar, acompanhamos esta proposta, entendemos que é uma questão central e é uma questão que o Município, mais cedo ou mais tarde, de uma forma ou de outra teria que dar resposta, dotando os seus serviços das competências básicas necessárias em matéria de sistemas de informação, para dar resposta, por um lado à continuidade do serviço, por outro lado aquilo que, também, é o progresso neste setor, do ponto de vista da digitalização, da informatização, da criação de condições para uma gestão moderna deste setor e nesse sentido iremos acompanhar esta proposta.

José Magoito (IL) – A Iniciativa Liberal vai-se abster nesta votação no seguimento de alguma relutância que teve inicialmente na passagem das Águas do Sado para a Gestão Camarária. Entendemos que não foram feitos todos os procedimentos de análise nessa passagem e que essa passagem devia ter sido mais acautelada, nomeadamente este tipo de verbas já devia ter sido inicialmente levantado e não agora. Isto dá-me a impressão que é o princípio, que estamos a abrir um lençol ou começar a rodar um lençol e que vai trazer muito mais despesas que não foram devidamente contempladas. Isso devia estar muito acautelado pela Câmara e por esta Assembleia.

Presidente da Mesa – Vou dar a palavra ao Sr. Vereador Carlos Rabaçal, que está em substituição do Sr. Presidente da Câmara, que está numa outra reunião.

Vereador Carlos Rabaçal – O tema de debate não é a transição das Águas do Sado para o Município, é a proposta concreta de alteração modificativa. De qualquer forma foram aqui aduzidas algumas notas e posso só dar algumas informações e dizer-vos que a discussão desta matéria de transição vai ser permanente com esta Assembleia. Foi uma discussão que foi feita no momento da decisão do regresso, foi uma discussão que foi feita no momento da aprovação do Regulamento da Estrutura Orgânica dos Serviços, vai ser uma discussão que vai ser feita, após o debate público sobre o Regulamento das Águas e Saneamento, Regulamento da Operação. Será o debate na Assembleia sobre o Plano de Atividades e Orçamento dos Serviços Municipalizados, para o período de 18 de dezembro a 31 de dezembro, e mais tarde para o Plano de Atividades e Orçamento de 2023 e anos seguintes e será, também, aqui debatido o Regulamento de Taxas. O Regulamento de Taxas não virá cá, mas será informado. Quer dizer que vamos ter aqui muitos momentos para discutir, avaliar, colher informação, formular opinião e tomar decisões sobre esta matéria e até agora tem sido um processo muito acompanhado por todas as forças políticas e assim vai continuar. Deixar esta nota em relação às questões colocadas.

Agora só deixar mais duas ou três notas. Quando iniciámos este processo contactámos muitos Municípios e o contacto que, para nós, foi o mais relevante foi com o Município de Mafra, com o Presidente Hélder, é o Município, como sabem, que é do PSD, mas que nos deu todo o apoio indispensável para podermos iniciar o nosso processo de transição. Na altura, isto foi ainda antes deste mandato, falámos com o Município de Mafra e disseram-nos, de imediato, que punham de parte 3 milhões e meio, porque a transição ia-lhes custar, pelo menos, 3 milhões e meio. É o que custam, porque são alterações de processos, são alterações de materiais, alterações de equipamentos, alterações de sistemas, etc., portanto, e isso tem custos e na reunião de Câmara, a senhora vereadora Sónia Martins, que tinha feito um processo de informatização da Santa Casa da Misericórdia com a mesma empresa que contratámos agora, e ela informou-nos que a empresa tinha feito um excelente trabalho e disse que os custos são estes, não vale a pena pensarmos que é de outra maneira. Também, em termos financeiros, acho que é importante dizer que este ano as Águas do Sado não pagaram qualquer retribuição, nem estava previsto pagarem, eles deviam pagar 6 milhões, estavam a pagar 4, porque no primeiro ano da concessão pagaram duas prestações, portanto, ainda na altura da gestão do Partido Socialista. Este ano há, pelo menos, 4 milhões que não entram e que não vêm e, para terem uma ideia, as Águas do Sado tiveram um resultado positivo de 9 milhões, num volume de negócio de 18 milhões, 50%. Fala quem sabe, porque não percebo muito bem das questões económicas, que 1 milhão é um bom resultado, 2 milhões é um excelente resultado, 9 milhões não sei como é que se designa. Só para dizer que o que está em causa é esta capacidade de produzir deste sistema, a possibilidade que o sistema permite de baixar os custos de água aos munícipes e também a capacidade imensa de investimento, que é absolutamente necessário, que este produto permite e que, neste momento, estamos limitados nessa intervenção. Quando falamos de questões financeiras temos de saber o deve e o haver da coisa e o que é que estamos exatamente a falar. Depois em relação, ainda, a estas questões de dívidas, é sabido que acionámos a garantia bancária, também é sabido que as Águas do Sado, como era normal, colocaram uma providência cautelar. Também é sabido, porque já informei na reunião de Câmara, que apresentaram a providência cautelar num Tribunal incompetente para julgar essa matéria. Este Tribunal considerou-se incompetente dois meses depois de avaliar o processo e neste processo perdeu-se dois meses e meio, quase três meses, e ontem mesmo o Tribunal que se considerou incompetente, remeteu o processo para o Tribunal competente. Vamos ver se o Tribunal competente agora toma uma decisão sobre esta matéria da garantia bancária, que são 12 milhões e meio, sendo que o Tribunal que se considerou incompetente para julgar o processo, não se considerou incompetente para suspender o acionamento da garantia bancária e suspendeu o acionamento da garantia bancária. É qualquer coisa que não entendemos bem, nem os juristas que nos acompanham entendem bem, mas foi exatamente assim que aconteceu, o Tribunal decidiu assim e ontem tivemos a notícia que remeteu o processo para o Tribunal competente para julgar o processo.

Também não está em cima da mesa a possibilidade de acionamento do Tribunal Arbitral, como está em cima da mesa o acionamento de Tribunais Comuns e está em cima da mesa outras possibilidades de intervenção que levem a que as Águas do Sado cumpram, há a ideia de que um ano é pouco tempo, desde que as Águas do Sado cumpram a parte deles, isto é, cumprirem a lei, seis meses resolvem o problema da transição, se não cumprindo a lei não há tempo. O que está a acontecer é que as Águas do Sado não está a cumprir a lei, no que respeita a um elemento absolutamente essencial, que é taxativa, não tem interpretações jurídicas variadas, que é de que, no final da concessão, o concedente um ano antes, e fizemo-lo, diz o que é que pretende reter daquilo que é a concessão, trabalhadores, contratos, meios, recursos, tudo e dissemos que queríamos exatamente tudo! As Águas do Sado deviam ter dezenas de contratos de prestação de serviços com terceiros, deviam ter uma cláusula obrigatória, que é de lei, a dizer que esse contrato é transmissível ao concedente, no momento em que o concedente entenda a tomar posse da concessão, seja por resgate, seja por fim do contrato, que é o caso, seja por rescisão contratual. Houve uma auditoria da ERSAR que obrigou, recomendou, que as Águas do Sado cumprissem a lei, fazendo isso, e as Águas do Sado não cumpriram a lei, tanto quanto conhecemos, isso cria aqui um problema que nos obriga a fazer contratos sucessivos, que deviam ser prorrogados calmamente e temos que os tratar previamente. Há aqui uma trabalhadeira monumental, mas está a ser feita e está a ser encaminhada, embora ainda não perdemos a esperança das Águas do Sado virem a ter um comportamento empresarial minimamente decente e em relação a esta matéria resolver o problema.

Já agora que falei em decência, acho que a forma como está a ser tratada a questão dos temas de gestão de informação não é decente, no caso concreto da relação com os recursos humanos, a coisa está a funcionar bem, está a correr bem, já disse isso na reunião de Câmara, porque, também, é de interesse das Águas do Sado, que se não ficarmos com os trabalhadores, eles terão que os indemnizar. Também é interesse nosso ficar com os trabalhadores, que tem experiência e conhecimento, também temos esse interesse, portanto, há aqui um interesse comum e as coisas estão a rolar bem. Como, também, estão a rolar bem, no caso concreto dos equipamentos, que são todos da Câmara e também houve uma reação inicial de não ser fácil aceder aos equipamentos e dissemos, *“Caros amigos, são nossos, vamos lá”*, e acabamos, então, por resolver o problema.

Em relação à questão da gestão pública e privada, as questões ideológicas, que foram aqui referidas pelo senhor deputado do PSD. A ONU, não sei em que posição ideológica é que se coloca, mas a ONU recomenda veementemente, a nível mundial, que regressem todas as concessões à Gestão Pública, e di-lo fundada no comportamento das concessões, sempre e quando há crises graves que afetam a capacidade financeira das pessoas. Fez um estudo que é acessível, basta ir ver ao site da ONU, dos impactos que teve o Covid na vida das pessoas, no que respeita a ausência de acesso à água, porque não tinham dinheiro para pagar a água e os privados cortaram a água, pura e simplesmente. A ONU tem um relatório muito extenso sobre isso e faz esta recomendação, penso que a ONU tem todas as sensibilidades ideológicas e deve ter feito uma discussão capaz sobre isso, para fazer uma recomendação com essa energia e com essa força, uma recomendação de regresso de todas as concessões à Gestão Pública. Também posso dizer que 85% das concessões, a nível mundial, já regressaram todas, 85%, não é 5 %, 10%, 85% e o processo continua. São assim notas breves associadas aos comentários feitos.

Em relação à habitação, só dizer que a construção de habitação pelos Municípios sempre aconteceu com fundos comunitários, sem fundos comunitários os Municípios não fazem habitação, à exceção de Oeiras. Lisboa, também, fez pouca habitação sem fundos comunitários e o que há agora são fundos comunitários e estamos a aproveitar os fundos comunitários. Já agora pode-se dizer que Setúbal foi dos primeiros Municípios a ter um contrato celebrado com o IRHU, no quadro do 1º Direito e é um dos primeiros a ter uma aprovação de contratos para reabilitação dos seus fogos, 51 milhões para três Bairros. Já candidatamos mais um Bairro, mais 12 milhões, e até final do ano vamos candidatar todos os Bairros. Posso dizer-vos que há Municípios que ainda estão a estudar como é que vão fazer, e nós já temos um Bairro em obra, portanto, estamos a fazer um esforço tremendo para qualificar os nossos bairros e criar condições de vida melhores e mais dignas a todos os nossos moradores dos Bairros de Habitação Pública.

Relativamente à construção, que é a questão que foi colocada, o que está acordado com o IHRU e está integrado na Estratégia Local de Habitação, é que vamos construir até 500 fogos de renda apoiada, com uma proposta mais imediata de cerca de 300 fogos e o IHRU está a trabalhar para, breve prazo, construir 1.500 fogos de renda acessível, num plano de 4.500 fogos de renda acessível no nosso Município.

Pode-se perguntar, mas é necessário mais renda apoiada e renda acessível? O que posso dizer-vos é que, daquilo que avaliámos das listas de espera que temos neste momento, são 1.300 e tal pedidos de habitação, mais de mil ou cerca de mil são de pessoas que têm condições para a renda acessível, porque são pessoas que trabalham, trabalha a esposa, trabalha o esposo, têm a sua vida organizada e, de repente, deixaram de poder pagar renda, pagavam 300 euros e agora têm de pagar 700, 800 euros e não conseguem. Neste momento, a renda acessível tem um papel muito relevante, porque vem resolver o problema das pessoas que não são da pobreza extrema, porque uma pessoa que tem, neste momento, o salário mínimo não tem acesso à renda apoiada. A renda apoiada é para pessoas que têm rendimentos de 300, 400, 500 euros, mais ninguém tem acesso neste momento à renda apoiada, portanto, ou há renda acessível ou essas pessoas não têm resposta. Creio que é muito importante a perceção do que está a acontecer, neste momento, à nossa sociedade, não é só Setúbal, é a Península toda, temos agora um estudo sobre habitação, que está a ser feito pela Associação de Municípios da Região de Setúbal, que estará concluído no final do ano, e que já aponta para o bloqueio geral da resposta habitacional na região. Há pouco falei com a Sra. Secretária de Estado da Habitação e com a Sra. Presidente do IHRU, que dizem que, em Vila Real e Trás-os-Montes, o bloqueio habitacional é exatamente o mesmo. É algo muito complexo que temos em cima da mesa e que tem que ser resolvido e que não é só um problema de Setúbal. Pela nossa parte, estamos a fazer um grande esforço para responder, na medida das nossas possibilidades, a esta porta aberta que apareceu com o PRR.

Última nota sobre a habitação, dizer que o Sr. Ministro das Obras Públicas e Habitação falou há pouco e fez uma excelente e importante intervenção e referiu que temos 2% de habitação pública ao contrário de outros países que chegam até aos 40% de habitação pública e são países liberais, como a Holanda que tem quase 40% de habitação pública para poder garantir habitação digna aos seus habitantes, ao povo de Holanda. Agora, ele falou em subir esse patamar, para cima, falou em 5% há uns tempos atrás para atingir o patamar, se se derem ao trabalho, dei-me ao trabalho de fazer umas contas simples e se tivermos PRR em permanência durante 40 anos, atingimos os 5%, isto é, se tivermos o investimento que temos agora para estes 5 anos, precisamos de ter 40 anos deste investimento para conseguir atingir os 5%. Só para ter uma ideia da dimensão do problema que temos em mãos e da necessidade de não ficar pelo PRR, que foi uma bolha interessante e um impulso interessante, mas que não resolve de todo o problema da habitação dos portugueses, nem lá perto. Creio que o Sr. Ministro há pouco, também, já referiu que isto leva tempo, não sei se ele fez as mesmas contas, mas insisto, com o PRR que hoje estamos a dizer que é uma peça fundamental e que vai acabar daqui a 5 anos, não resolvemos mais do que 26 mil fogos, precisamos para atingir os 5% 40 anos de PRR. Julgo que os decisores políticos, sobretudo aqueles que têm peso governativo e têm peso na Assembleia da República, têm que ter a noção do que é que estamos todos a falar e todos a tratar, porque senão estamos a falar e a não resolver e a ficar satisfeitos com a solução imediata e não com a solução de fundo do problema e global do problema.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE, e 20 abstenções, 10 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

Luis Maurício (CH) – Fez a seguinte declaração de voto – *“O CHEGA absteve-se nesta votação por vários pontos que tem, no mínimo, dúvida.*

Vamos ver se estes fogos que vão ser todos entregues, vão ser sempre entregues aos mesmos, a lista de espera, mas a lista de espera vai dar sempre aos mesmos. É o 6º Orçamento da Despesa, mas, mesmo assim, a revista Sábado diz que temos aqui o 10º Assessor com o maior ordenado de Portugal. Se é verdade, ou não, não sei, mas a revista Sábado diz que temos aqui o 10º Assessor com maior vencimento em Portugal.

A Câmara de Setúbal, mais uma vez, aparece numa polémica com o 10º Assessor que tem o 10º vencimento maior em Portugal, por isso, é sinal que a Câmara está bem de saúde financeiramente. Por essas coisas todas, abstenho-nos e vamos ficar à espera, numa próxima Assembleia, também, para percebermos se o que a revista Sábado diz, é verdade, se tem algum fundamento de verdade, para tentarmos perceber o que é que se passa aqui nesta Câmara.”

Paula Soeiro (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto – “Considerando que a Deliberação n.º 34/2022/AM, está assente em dois vetores, a concretização dos Serviços Municipalizados de Setúbal e os Protocolos com o IHRU, foi apresentada a esta Assembleia sem a respetiva documentação deliberativa e justificativa dos atos.

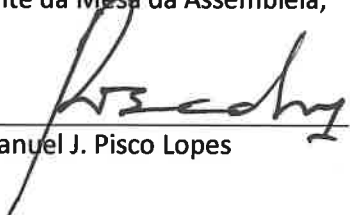
Considerando que a Proposta n.º 21/2022/GAP, refletida na deliberação 2638/2022, de 16/07, que justifica a alteração das rubricas do Plano Plurianual de Investimentos, se revela de grande complexidade jurídica, técnica e instrumental no que respeita ao cumprimento das obrigações do quadro legal da Administração Pública, nomeadamente nas questões contabilísticas e de contratação pública. Considerando que a eficácia do ato de aprovação da Proposta n.º 21/2022/GAP está condicionada à aprovação da Assembleia Municipal na presente deliberação, conforme anexo V, e nos termos previstos no Artigo 157.º, alínea b), do Código do Procedimento Administrativo, à luz de uma oposição escrutinadora, responsável e na prossecução do interesse público, materializado na concretização dos Serviços Municipalizados de Setúbal, sem quebras e prejuízos para os munícipes e empresas do concelho, e, ainda, proporcionando as condições para ser cumprida a promessa eleitoral da CDU do abaixamento da fatura da água, o aumento da eficiência na redução das perdas e fugas de água nos sistemas de abastecimento, bem como a melhoria odorífera do ar e ambiente da cidade, traduzindo-se assim o ato na efetiva melhoria da qualidade de vida dos setubalenses e azeitonenses, a bancada do PSD absteve-se na votação da presente deliberação.”

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.


O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram dezassete horas e vinte minutos do dia vinte e nove de julho, de dois mil e vinte e dois.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de ordinária de trinta de setembro de dois mil e vinte e dois, contém nove folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,


Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,


Eusébio Manuel Candeias

Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa e Susana Bernardo.

Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.